

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIA PEREIRA DE MEDEIROS LIRA

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA OS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CURITIBA
2011

FÁBIA PEREIRA DE MEDEIROS LIRA

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA OS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada a Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Glaucia da Silva Brito

CURITIBA
2011

Dedico esta monografia aos meus Filhos Anna Cecília e João Augusto, que vivenciaram os meus momentos de ausência e ao meu amado esposo Erivan, que soube com suas palavras e atitudes me encorajar nos momentos mais difíceis desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Onipotente, Onipresente e Onisciente que me deu forças e sabedoria para superar os momentos difíceis dessa jornada.

Aos meus pais, pelos ensinamentos.

Ao meu esposo Erivan Lira, pelo apoio, carinho, cuidado, incentivo, contribuição, estímulo e compreensão nos momentos de angústia, ansiedade e cansaço.

Aos meus filhos Anna Cecília e João Augusto, pelo sorriso que me alegra nos momentos de

À orientadora Prof^a Gláucia pela compreensão e apoio.

Aos colegas de Caicó e Currais Novos, que compartilharam comigo os sonhos e utopias de uma educação de qualidade para todos.

Aos professores e tutores que muito contribuíram na construção do meu saber.

A Escola de Governo RN que sabiamente ofereceu essa oportunidade.

A Universidade Federal do Paraná que com competência ministrou esse curso.

A todos amigos e familiares que direta e indiretamente me ajudaram nesta caminhada.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

Partindo de reflexões sobre a importância da formação continuada para os professores e observando o crescimento da Educação à distância no nosso país, apresento o presente trabalho como parte integrante de um interesse em compreender as perspectivas e necessidades dos professores frente a sua formação continuada e da utilização dos novos recursos tecnológicos para sua efetivação. O objetivo central é a elaboração de uma proposta de formação a ser oferecida aos professores que atuam na Educação Infantil no município de Currais Novos/RN na modalidade à distância. Optamos por uma abordagem de enfoque qualitativo tomando como referência os dados quantitativos e a representação dos professores envolvidos diretamente na Educação Infantil. A análise e discussão dos dados coletados evidenciaram que a formação profissional é vista de forma positiva pelos professores e que através da Educação à Distância terão oportunidade de ampliar seus conhecimentos. Os estudos realizados possibilitaram ainda reafirmar que os educadores buscam e necessitam constantemente de formação continuada e que a modalidade à distância vem tornar mais acessível à participação do docente nesse processo de construção do saber pedagógico.

Palavras- chave: Educação à Distância, Educação Infantil, Formação de Professores.

ABSTRACT

Leaving of reflections on the importance of the continuous formation for the teachers and observing the growth of the Education at the distance in our country, I present the present work as integral part of an interest in understanding the perspectives and needs of the teachers front his/her continuous formation and of the use of the new technological resources for his/her efetivação. The central objective is the elaboration of a formation proposal to be offered to the teachers that act in the Infatile Education in the municipal district of Currais Novos/RN in the modality at the distance. We opted for an approach of qualitative focus taking as reference the quantitative data and the teachers' representation involved directly in the Infatile Education. The analysis and discussion of the collected data evidenced that the professional formation is seen in a positive way by the teachers and that through the Education at the Distance will have opportunity to enlarge their knowledge. The accomplished studies still made possible to reaffirm that the educators look for and they constantly need continuous formation and that the modality at the distance comes to turn more accessible the teacher's participation in that process of construction of the pedagogic knowledge.

Words - key: Education at the Distance, Infatile Education, Formation of Teachers.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	08
2.EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: COMO TUDO COMEÇOU	10
2.1 Os primeiros cursos de EaD por correspondência	11
2.2 Avanços dos meios de comunicação e sua contribuição na EaD	13
2.3 Concepções e características da EaD	17
2.4 Conhecendo a Legislação da EaD no Brasil	20
3. EDUCAÇÃO INFANTIL: O INÍCIO DE UM LONGO CAMINHO	23
3.1. O caminho histórico da educação infantil no Brasil	26
3.2 A educação infantil e sua legislação	28
3.3. A educação infantil no estado do rio grande do norte:	34
3.4. A educação infantil no município de currais novos	37
4. METODOLOGIA: O CAMINHO TRILHADO PELA PESQUISA	40
4.1. Análise dos dados	41
4.2. Proposta do curso	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6. REFERÊNCIAS	57
7. ANEXOS	60

1. INTRODUÇÃO

É na perspectiva de ressaltar a importância da formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil, que a pesquisa buscou fundamentos a partir dessa experiência vivenciada, sondar as perspectivas dos professores que atuam nessa área, a respeito da importância de sua formação profissional.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo buscou ainda subsídios para discutir a relação desses professores com as novas tecnologias, pretendo assim, verificar possibilidades desses profissionais participarem de uma proposta de formação continuada através da modalidade à distância.

Portanto, constitui-se como principal objetivo desse trabalho a coleta de dados qualitativos e quantitativos, subsídios sobre os conceitos, as dimensões, o processo e os resultados obtidos com a implantação de uma proposta de formação continuada na modalidade à distância, tendo como público-alvo professores da Educação Infantil do município de Currais Novos/RN.

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos que mantêm uma interlocução entre si. No primeiro capítulo apresentamos um breve histórico sobre o surgimento da Educação à Distância no mundo, suas características e concepções, como também a contribuição dos avanços tecnológicos para efetivação dessa modalidade de ensino. Ainda nesse capítulo tratamos da legislação da EaD no Brasil e seus avanços significativos.

No segundo capítulo mostramos a Educação Infantil através da análise de sua trajetória no mundo no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte e mais precisamente no município de Currais Novos/RN. Discutimos e analisamos a educação da criança pequena de vários pontos de vistas e os avanços da legislação na Educação Infantil.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia que objetiva explicitar os instrumentos utilizados para a realização dessa pesquisa, ou seja, o caminho que foi percorrido para conhecer opiniões, conhecimentos, perspectivas e possibilidades da

elaboração de uma proposta de formação continuada para os professores da Educação Infantil através da modalidade à distância, através da análise dos dados coletados. E por último segue a proposta de formação continuada para os professores de educação infantil do município de Currais Novos/RN, organizada a partir dos temas sugeridos pelos entrevistados.

Assim sendo, o objeto de pesquisa foi observar a importância que o professor dá para a sua formação profissional, como também verificar seus conhecimentos acerca da evolução tecnológica e de sua contribuição no campo educacional. Por fim, oferecer uma proposta de formação na Educação Infantil, atendendo as necessidades apresentadas pelos entrevistados e utilizando a modalidade à distância.

2. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: COMO TUDO COMEÇOU

Neste capítulo apresentamos a história, as concepções, características e a legislação da EaD no Brasil e no mundo.

A educação é uma prática social muito ampla, um processo que se desenvolve em muitos espaços, não se limitando, portanto, à esfera da instituição escolar. Segundo Celestino (2006, p. 100), “também são educativos outros espaços externos que não podem ser desconsiderados”. Portanto, a educação está vinculada ao modo de produção da existência, ao trabalho, ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, ao pensamento, a teoria e a ciência, como afirma Saviani (1987):

“Toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, do entendimento e da realidade do trabalho. Nesse sentido é possível perceber que, na verdade, toda a Educação e, por conseqüência, toda a organização escolar tem por fundamento a questão do trabalho. (...) Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho, isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens. Através do trabalho o homem vai produzindo as condições de sua existência, e vai transformando a natureza e criando, portanto, a cultura, criando um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar dos tempos. Na formação dos homens, há que se levar em conta o grau atingido pelo desenvolvimento da humanidade. Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como ele trabalha, produz-se a modificação das formas pelas quais os homens existem”. (SAVIANI, 1987, p. 7-8).

Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Porque, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

Por certo que o trabalho, continuará sendo uma prerrogativa humana, conservando a sua definição geral como atividade através da qual o homem, guiado por determinada finalidade, transforma um objeto por meio de determinados instrumentos (K. Marx, 1968, p. 201-210).

A Educação a Distância que para a maioria dos autores (SARAIVA, 1996; NISKIER, 1998; MOORE; KEARSLEY, 2007), é muito antiga. A primeira tecnologia que permitiu a EaD foi a escrita, a tecnologia tipográfica, posteriormente, ampliou grandemente o alcance de EaD, mais recentemente, as tecnologias de comunicação e telecomunicações, especialmente em sua versão digital, ampliaram ainda mais o alcance e as possibilidades de EaD. Segundo esses autores a educação a distância, em sua forma embrionária e empírica, é conhecida desde o século XIX. Entretanto, somente nas últimas décadas passou a fazer parte das atenções pedagógicas. Ela surgiu da necessidade do preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que, por vários motivos, não podiam freqüentar um estabelecimento de ensino presencial, e evoluiu com as tecnologias disponíveis em cada momento histórico, as quais influenciam o ambiente educativo e a sociedade.

Nessa perspectiva de transformação por determinados instrumentos surge a Educação à Distância como uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a setores ou grupos da população.

2.1 OS PRIMEIROS CURSOS DE EAD POR CORRESPONDÊNCIA

O ensino a distância surgiu em decorrência da necessidade social de proporcionar educação aos segmentos da população que não tinham acesso ao sistema tradicional de ensino. Por algumas vezes apareciam como única oportunidade de estudos oferecida a adultos engajados na força de trabalho e à donas de casa, que não podiam deixar seus afazeres domésticos e seus filhos para freqüentarem cursos presenciais.

Segundo Maia e Mattar (2007), os primeiros registros de iniciativas de educação a distância no Brasil podem ser encontrados a partir de 1904, época em que a EaD era voltada para o ensino profissionalizante acompanhado por movimentos internacionais, com o objetivo de atender a demanda de mão-de-obra qualificada e também do ensino básico, buscando proporcionar acesso a educação a classe menos favorecida socialmente e economicamente.

Segundo Katz (1973), o primeiro curso por correspondência nos Estados Unidos foi de taquigrafia no ano de 1728. Castro e Guarany (1977), registram um curso de taquigrafia, em 1840, na Inglaterra, e vários outros cursos por correspondência, no início do século XX, na Rússia e em, pelo menos, oito universidades americanas, Wisconsin, Oregon, Kansas, Minnesota, Nebraska, Texas, Missouri, e North Dakota. Rapidamente várias iniciativas de criação de cursos à distância se espalharam.

Em 1856, em Berlim, foi criada a primeira escola de línguas por correspondência, por iniciativa de Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt. Posteriormente, em 1873, em Boston, Anna Eliot Ticknor funda a Society to Encourage Study at Home em Boston para o desenvolvimento de estudos em casa. Segundo Kearsley (2007) o objetivo dessa escola era ajudar as mulheres a ter acesso às instituições educacionais, já que nessa época, em grande parte era negado. Em 1891, Thomas J. Foster, em Scarnton (Pennsylvania), inicia, com um curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração, o International Correspondence Institute. Em 1891, a administração da Universidade de Wisconsin aprova cursos por correspondência nos serviços de extensão universitária. Um ano depois, em 1892, foi criada uma Divisão de Ensino por Correspondência, no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, por iniciativa do Reitor William R. Harper, que já havia experimentado a utilização da correspondência para preparar docentes de escolas dominicais.

Em 1894 e 1895, em Oxford, por iniciativa de Joseph W. Knipe que, através de correspondência, preparou seis e depois 30 estudantes para o Certificated Teacher's Examination, iniciaram-se os cursos de Wolsey Hall. Em 1898, em

Malmoe (Suécia), Hans Hermod, diretor de uma escola que ministrava cursos de línguas e cursos comerciais, publicou o primeiro curso por correspondência, dando início ao famoso Instituto Hermod.

Nunes, (2009) relata que em 1910 na Austrália, mais precisamente na Universidade de Queensland, inicia programas de ensino por correspondência, e em 1924, Fritz Reinhardt cria a Escola Alemã por Correspondência.

No Brasil, para Alves (2009), a EaD inicia-se em 1904 com as Escolas Internacionais, que ofereciam cursos por correspondências a pessoas que procuravam empregos nas áreas de serviços e comércio.

O Instituto Monitor iniciou suas atividades em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, lançou os primeiros cursos por correspondência em 1941. Desde então, outras instituições deste gênero foram criadas no Brasil, como o Centro de Estudos Regulares (C.E.R.), fundado em 1981, com o objetivo de permitir que crianças, cujas famílias se mudavam temporariamente para o exterior, continuassem a estudar pelo sistema educacional brasileiro. Durante a Segunda Guerra Mundial, vários cursos por correspondência foram criados com objetivos distintos.

O aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação influíram decisivamente nos destinos da educação à distância.

2.2 AVANÇOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EAD

Alves (1994, p.9) defende a tese de que a EaD iniciou com a invenção da imprensa. Pois a partir do século XVIII, o meio de comunicação mais utilizado pelo sistema de ensino a distância foi o correio impresso até que o rádio, o telefone, a televisão, o computador, a internet e os e-mails o suplantaram. Durante muitos anos, a comunicação escrita entre estudante e professor tornou-se o símbolo de ensino a

distância. Sabe-se que a utilização de novas tecnologias propicia a ampliação e a diversificação dos programas, permitindo a interação entre professores e alunos.

De acordo com Aretio (2001), na década de 60 inicia-se uma nova etapa na EaD, se utilizando de vários recursos de multimídia, para favorecer o ensino. Nessa perspectiva de mudança são produzidos áudios e vídeos, onde o rádio e a televisão, como também o telefone começam a ser utilizados na educação à distância.

É importante ressaltar que o rádio está disponível desde o início da década de 20, com a rádio KDKA, primeira rádio comercial a operar de Pittsburgh. O rádio permitiu que o som (em especial a voz humana) fosse levado a localidades remotas. Assim, a parte sonora de uma aula, com o rádio, pode ser transferida para o espaço e o tempo distante.

O rádio tem o papel informativo, mas também ao longo dos tempos teve a função educativa. Através de emissoras como a BBC de Londres, Rai Italiana e a Rádio Canadá desenvolveram e tem desenvolvido programação com esta finalidade.

Considera-se como marco inicial a criação, por Roquete-Pinto, entre 1922 e 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação, tendo como principal meta garantir o espaço para o trabalho na área da educação, inaugurando uma série de cursos, aulas e conferências ministradas por pessoas de renome no meio intelectual e educacional brasileiro.

Ainda no Brasil em 1947 o Senac, junto com o Sesc e com a colaboração de emissoras associadas, criou a Universidade do Ar, em São Paulo. O objetivo era oferecer cursos comerciais radiofônicos.

Os programas, gravados em discos de vinil, eram repassados às emissoras que programavam as emissões das aulas nos radiopostos três vezes por semana. Nos dias alternados, os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios, com o auxílio dos monitores. Na década de 1950, a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos.

Para Ortriwano (1985), são justamente as características do rádio que o habilita a conquistar espaços no ensino tradicional e, principalmente, no ensino a distância. Por suas características torna-se fácil ao professor, com conhecimento do meio, transmitir parte do programa de uma disciplina, de uma aula, utilizando-se para isso dos recursos do radioteatro, da música, da leitura de livros, etc.

De acordo com Souza (2001), o recurso da oralidade, as entrevistas, a mobilização de especialistas, em determinadas áreas do conhecimento, para falar assuntos de interesse de alunos, espalhados geograficamente, são possibilidades visíveis no uso do rádio na área educacional.

Outro meio de comunicação que veio contribuir significativamente na expansão da EaD foi a televisão. Segundo Moore e Kearsley (2007), em 1934 a State University of Iowa realizou transmissões pela televisão sobre temas como higiene e astronomia.

A televisão comercial está disponível desde o final da década de 40. Ela permitiu que a imagem fosse, junto com o som, levada a localidades também remotas. Assim, agora uma aula quase inteira, englobando todos os seus componentes audiovisuais, podia ser transportada no espaço e no tempo.

Esse meio de comunicação passou a ser explorado no Brasil para fins educativos nas décadas de 60 e 70.

Em 1969 foi criada TV Educativa do Maranhão, o Programa Nacional de Teleeducação (Protel), e o Centro Brasileiro de Tv Educativa (Funtevê). Ainda teve a criação da TVE no Ceará em 1974, onde oferecia a TV Escolar. Nesse mesmo ano foi lançado no Rio Grande do Norte o Projeto SACI (Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares), sendo considerada a primeira experiência de via satélite para fins educativos no Brasil.

Mais tarde, em 1976, foi criado o Sistema Nacional de Teleeducação. O programa que operava principalmente através de ensino por correspondência

realizou também, algumas experiências (1977/1979) com rádio e TV. Em 12 anos, o Sistema acumulou 1.403.105 matrículas, em cerca de 40 cursos diferentes.

No Brasil, fundações privadas e não-governamentais começaram a oferecer supletivo à distância na década de 70, no modelo de teleducação (telecurso), com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos. Nessa época, o país era considerado um dos líderes da modalidade, com os pontos fortes também no Projeto SACI e Projeto Minerva, que já capacitava professores com formação, apenas, em magistério.

Em 1978 a Fundação Padre Anchieta em parceria com a Rede Globo do Rio de Janeiro lança o Telecurso 2º Grau, objetivando a formação de jovens e adultos em nível de ensino médio.

Entre 1988 e 1991, se deu a informatização e a reestruturação do Sistema de Teleducação, estabelecendo-se as diretrizes válidas até hoje. Foi já nesse contexto que, em 1995, o Departamento Nacional de Educação criou um setor destinado exclusivamente à EAD, o CEAD (Centro Nacional de Educação a Distância).

Nesse mesmo ano foi lançado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) o Programa TV Escola, onde teria como objetivo oferecer a formação continuada aos professores da educação básica, para o uso das tecnologias educacionais.

Segundo Aretio (2001), na década de 80, quando as telecomunicações começam a ser integradas aos processos de EaD, surge a possibilidade da comunicação entre grupos de estudantes e professores, distantes fisicamente, usando recursos de áudio e vídeo.

Com essas evoluções no campo da tecnologia surgem novas possibilidades, entre elas o computador. Registros mostram que o primeiro computador foi revelado ao mundo em 1946, mas foi só depois do surgimento e do uso maciço de microcomputadores (que apareceram no final de 1977) é que os mesmos começaram a serem vistos como tecnologia educacional. A partir de um projeto

desenvolvido por militares e cientistas nas universidades americanas (ARPANET), na década de 60, foi inventada a comunicação via computadores, base da educação *on-line* cujo desdobramento na educação foi a experiência do WBSI relatada por Feenberg.

O computador é uma tecnologia de multimeios, que combina textos, sons, imagens, assim como mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem hipertextos, diferentes linguagens e instrumentos para fixação de aprendizagem com *feedback* imediato programas tutoriais informatizados, etc..

No campo educacional o computador foi usado pela National Sciences Foundation, em 1980 uma rede com cinco centros de supercomputadores conectados a universidades e organizações de pesquisa, possibilitou usar a rede para troca de e-mails e arquivos de dados.

Nos anos 90, aparece o primeiro navegador WEB ou WWW (World Wide Web) que significa Rede de alcance mundial. Com essas redes foi possível o acesso a internet, surgindo assim vários modelos de universidades virtuais. A oferta de cursos na modalidade EaD aumentaram, devido a viabilização da comunicação com o uso da imagem e som em tempo real, entre o aluno e professor.

Com o passar do tempo, o panorama vem mudando e a crescente tendência é combinar vários meios de comunicação e usá-los em um só programa ou curso. Todavia, vale ressaltar que o texto impresso e a comunicação escrita através do correio impresso continuam sendo básicos e não podem ser menosprezados. Em vários países, como o Brasil, esse é um meio de comunicação econômico e eficiente, facilitando a implementação e a manutenção desse tipo de ensino nas regiões onde o uso de meios de comunicação mais modernos e tecnologicamente sofisticados ainda não vigoram.

2.3 CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA EAD

O conceito de ensino a distância é amplo e, a princípio pode ser aplicado a qualquer nível de ensino desde que cuidadosamente planejado e adequadamente disponibilizado aos interessados. Frequentemente, esse termo tem sido usado com referência aos programas nos quais estudantes e professor estão separados em termos de espaço físico. A comunicação entre ambos se dá através de um ou mais meios de comunicação de massa e mais recentemente pela internet. O ensino a distância durante muito tempo foi entendido como uma forma do chamado ensino não-tradicional ou como uma modalidade do ensino independente, no qual o estudante ou cursista tem certo grau de autonomia para decidir tempo e local de estudos.

Moore e Kearsley (1996), afirmam que o conceito fundamental da Educação a Distância é simples: alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo. Partindo desta premissa, pode-se afirmar que a EaD está vinculada à mídia, ao meio de comunicação.

Ao estudarmos a EaD, observamos que no transcorrer da história da educação a distância, muitos são os autores que se dedicaram a definir essa modalidade de educação. Belloni (2000) registra a posição de alguns desses teóricos, aqui citados.

Para Peters (1973), Ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, por meio da aplicação da divisão de tarefas e pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.

Rebel (1983), relata que a educação à distância é um modo não contíguo de transmissão entre professor e alunos, que possibilita maior liberdade ao aprender para satisfazer necessidades de aprendizagem.

Segundo Malcom Tight(1988), educação à distância refere-se àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem.

Por sua vez, Moore (1990) define a educação à distância como uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar esta comunicação. Educação à distância é um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizados por grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional.

Observando as definições desses autores, percebemos que o principal objetivo da EaD é oferecer uma educação que atenda os mais diversos públicos. Nisso a torna uma modalidade com características próprias.

É necessário ressaltar algumas características da educação à distância apresentadas pelos autores Landim (1997), Oliveira (201) e Moraes (2008). O ensino a distância tem a característica de ser democrático, pois possibilita a educação a todos, dando igualdade de oportunidade de formação, principalmente as pessoas que por algum motivo não podem frequentar uma escola presencial. A individualização é outra característica da EaD, onde cada estudante é acompanhado pelo professor ou tutor no tempo e espaço por ele selecionado. Nos cursos à distância a autonomia também é desenvolvida nos alunos, através da organização das idéias, da autoprodução de sínteses e resumos dos conhecimentos adquiridos, tornando o sujeito da sua própria aprendizagem. A possibilidade do diálogo é apresentado na EaD, resultando numa compreensão do outro através da discussão e da reflexão sobre o objeto de estudo.

De acordo com estudiosos a EaD estimula a colaboração, através da participação dos alunos nas aulas, tornando sua socialização mais visível. Outra característica dessa modalidade é a flexibilidade, onde os alunos são atendidos de acordo com suas necessidades e dificuldades. Além disso, a EaD nos dar a oportunidade de ampliarmos os conhecimentos ao longo da vida, pois se apresenta como uma educação permanente.

Ainda podemos destacar segundo Nunes (1992) e Preti (2000,) outras características fundamentais no ensino a distância. É importante ressaltar que o aluno da EaD aprende fazer a gestão do tempo de estudo, sendo o mesmo responsável pelos horários e locais a serem desenvolvidos. Nessa modalidade é necessário que sejam utilizados recursos tecnológicos, para poder haver interação e comunicação entre professor e aluno.

São muitas as características do ensino distância, que poderão ser percebidas tão logo o aluno ingressa nessa modalidade de ensino. O importante é que através do ambiente virtual, disponível na internet, os envolvidos estejam dispostos a estabelecer a comunicação para garantir uma boa aprendizagem.

2.4 CONHECENDO A LEGISLAÇÃO DA EAD NO BRASIL

A educação à distância, vem se desenvolvendo em ritmo crescente na maioria dos países do mundo, e no nosso país não foi diferente.

Para que essa modalidade de ensino se desenvolvesse e tornasse eficaz, foi necessário que entendessem o seu real significado no âmbito educacional.

O governo brasileiro, através do MEC e do Ministério das Comunicações (MC), tomou, a partir de 1993 as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, para a criação, através do Decreto nº 1.237, de 6/9/94, do Sistema Nacional de Educação a Distância.

Nesse mesmo ano foi assinado entre o MEC e o MC, com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), do Conselho de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Protocolo de Cooperação nº 3/93, visando ao desenvolvimento de um sistema nacional de EAD.

Ainda em 1993, MEC/MC/Embratel, com a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Ministério da Indústria e Comércio (MinC), Crub, Consed e Undime, firmam o Convênio nº 6/93, para garantir a viabilização do EAD.

Em seguida o Acordo de Cooperação Técnica 4/93 - MEC/UnB, para a coordenação, pela UnB, de um Consórcio Interuniversitário, foi feito com a finalidade de dar suporte científico e técnico para a educação básica, utilizando os recursos da Educação Continuada e da Educação a Distância.

Foi criada a Coordenadoria Nacional de EAD, no âmbito do MEC e nesse mesmo ano multiplicaram-se os congressos e seminários sobre EAD, atraindo grande número de pessoas, e o assunto passou a ser item obrigatório da agenda dos educadores. Inúmeras instituições mostram-se interessadas em utilizar essa modalidade educativa.

Em 1995, o governo federal cria uma Subsecretaria de EAD, no âmbito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, responsável pelo Programa Nacional de EAD.

Em 1996 foi criada, na estrutura do MEC, a Secretaria de Educação a Distância, assumindo as atribuições da Subsecretaria que foi extinta.

A modalidade de educação à distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde primeira vez, e de forma explícita e inquestionável, a EAD consegue o status de modalidade plenamente integrada ao sistema de ensino.

A Lei 9.394 estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação à distância em todos os níveis e modalidades de ensino, dando nova roupagem aos precursores, os antigos cursos por correspondência, com o advento da internet.

Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005. No Decreto 5.622, ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação à distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação. Entre os tópicos relevantes do Decreto, destaco:

- a caracterização de EaD visando instruir os sistemas de ensino;
- o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância;
- maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos pólos descentralizados de atendimento ao estudante;
- mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes;
- previsão do atendimento de pessoa com deficiência;
- institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade para a educação a distância.

Dessa forma, é interessante considerar que a EaD é uma modalidade de ensino necessária ao século XXI, por conta do desenvolvimento das tecnologias avançadas de informação e de comunicação, como também do novo papel do professor e dos estudantes a distância e que o Brasil ao longo dos anos vem entendendo que são necessárias a implementação de políticas públicas voltadas para a valorização e expansão do ensino à distância.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL: O INÍCIO DE UM LONGO CAMINHO

Neste capítulo pretende-se apresentar diversas causas e concepções que influenciaram o surgimento das instituições infantis (creches, escolas maternais, jardins de infância) no Brasil e no mundo. Para melhor compreender essa diversidade, é preciso analisar a presença das instituições assistencialistas, os interesses empresariais e jurídicos destinados à infância, as ações médico/higienistas, além das propostas pedagógicas e religiosas que influenciaram a construção das instituições infantis em cada época. Faço essa afirmação a partir do entendimento de que a história, não ocorre através de fatos isolados e nem de forma linear, deste modo, são diversas as vertentes que entrelaçam a história da educação infantil. Assim como assegura Kuhlmann (1998)

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens. (KUHLMANN, 1998, p. 77)

A história da Educação Infantil é marcada pelas diferenças sociais. É notória essa discrepância ao estudarmos sobre sua história. O atendimento oferecido a criança pequena em seu início era caracterizado pelas entidades filantrópicas e posteriormente assistenciais, compreendendo a criança como um objeto de caridade e não um sujeito de direitos. Além dessas instituições, foram criados espaços

educacionais que atendiam a criança com o propósito de educá-las para uma formação cidadã.

A educação da criança pequena vem sendo constituída ao longo do tempo, tendo como fundamentos a construção histórica, social e cultural da sociedade. Sabe-se que através das mudanças ocorridas em períodos diferentes se constituíram conceitos e práticas diversificadas para lidar com a educação na fase inicial da vida do homem. Para compreender qual a importância da Educação Infantil e suas funções fazem-se necessário conhecer alguns acontecimentos, autores e suas respectivas ideias apresentadas no decorrer dos tempos.

Ao longo de muitos séculos a criança foi vista como a miniatura do adulto. Nas sociedades primitivas a educação dessas crianças era responsabilidade da família, particularmente da mãe.

Na Idade Antiga a criança quando não estava sendo cuidada pela família era entregue a mulheres que recebiam dinheiro, conhecidas como “Mães Mercenárias”, ou a parentes.

Na Idade Média a criança tem um papel social mínimo, nessa época o alto índice de mortalidade infantil impedia um investimento afetivo; essas crianças eram consideradas pequenos homens. A criança em situação desfavorável era deixada nos Lares Substitutos ou nas Rodas dos Expostos, entidades religiosas cuja prioridade era a assistência a criança pobre. Vale ressaltar que esse atendimento era realizado de forma precária. Já a criança que nascia em família abastada era educada por preceptores em casa, que utilizavam uma rígida disciplina, preocupados apenas com o lado intelectual.

Nos séculos XV e XVI com o desenvolvimento científico, a expansão comercial, cultural e as mudanças nas relações sociais no período do Renascimento, surgem o interesse específico pela criança, e consequentemente novas visões sobre as mesmas. Foram criados novos modelos educacionais para acompanhar esse desenvolvimento. Porém a educação dessa criança ainda tinha

uma proposta instrucional formal, sendo repassado um ensino da obediência, da moralidade, da devoção e do trabalho. A criança só era considerada como indivíduo na comunidade social, quando conseguia fazer coisas semelhantes aquelas realizadas pelos adultos.

Na Idade Moderna aconteceram várias transformações sociais na Europa. O crescimento da urbanização, as mudanças na estrutura familiar e a evolução industrial deram ênfase a construção de novas ideias para a Educação Infantil. A questão de como se ensinar a criança adquiriu importância significativa e com isso, pioneiros na educação pré-escolar delinearam novas perspectivas acerca dessa problemática, com base na observação da prática utilizada para educar essa criança ao longo do tempo.

Pode-se ressaltar que desde a Antiguidade alguns filósofos como Platão, Sócrates, Aristóteles, Montaigne já defendiam uma educação para a criança pequena que valorizasse a brincadeira e que a mesma fosse educada no colo da mãe, respeitando sempre a natureza infantil. Nesse período essas ideias são fortalecidas e vários autores estabelecem propostas de atividades a serem desenvolvidas nas escolas no qual compensassem eventuais problemas de desenvolvimento.

No século XX as instituições que cuidavam da Educação Infantil tinham as funções de hospitalidade e de higiene presentes no atendimento a criança, sendo orientadas por especialistas da área da saúde. Na primeira metade do século XX período seguinte a Primeira Guerra Mundial a pedagogia e a psicologia se destacaram pelas ideias a respeito da infância, impulsionando a renovação escolar que culminou com o Movimento das Escolas Novas, cuja ideia era que a aprendizagem não se faria através da recepção passiva de conteúdos já organizados, e sim pela atividade da criança em experimentar, pensar e julgar. Surgiram ainda no campo da psicologia vários autores que apresentavam formas de compreender e promover o desenvolvimento da criança. Apesar de uma grande parcela da população infantil continuar sendo educada segundo as antigas práticas

de aprendizagem, o surgimento do sentimento de infância provocou mudanças no quadro educacional.

3.1. O CAMINHO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:

O início do século XX é marcado pelo avanço das instituições de educação infantil no Brasil, pois na época havia uma preocupação, por parte de políticos, educadores, industriais, médicos, juristas, religiosos, com a proteção da infância brasileira. Esse contexto possibilitou a criação de espaços e instituições educacionais para o atendimento da criança pequena.

Bazílio (2002) chama a atenção ao fato da concepção de filantropia presente nas diferentes instituições de atendimento à infância no Brasil. Onde para as crianças de classes ricas eram criados pelos órgãos educativos os de jardins-de-infância e pré-escolas, enquanto que para as classes populares eram atendidas por instituições vinculadas aos órgãos da saúde, assistência e ações jurídicas.

Segundo Kuhlmann (1998), a história das Instituições de Educação Infantil estabelece uma estreita relação com questões que se referem à história da infância, da sociedade, da assistência, da família, do trabalho, da urbanização, da pedagogia, entre outros elementos. Inúmeros estudos destinados a história da infância, da criança e da educação infantil nos mostram a amplitude dessas concepções que se relacionam com essas várias vertentes teóricas. Deste modo, entender a função das instituições de educação infantil ao longo da história, é entender a infância, a criança e as concepções pedagógicas que perpetuaram durante os séculos na história mundial e na história brasileira.

A educação infantil em nosso país tem de certa forma, acompanhado a história dessa área no mundo, havendo, é claro, características que lhe são próprias. Até meados do século XIX, o atendimento de criança pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado de inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a família com prestígio social, eram recolhidos na “Roda dos expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII. Segundo Marcilio (2009)

[...] as rodas dos expostos foram, assim, muito poucas em números, insuficientes para atender à demanda de todas as épocas. Para começar foram criadas tardiamente, apenas no século XVIII e, mesmo assim, até inícios do século XIX, só havia roda em três cidades capitais. Foi, portanto, um fenômeno essencialmente urbano e pontual. (MARCILIO, 2009)

Essa situação modifica um pouco na segunda metade do século XIX, marcada pela a abolição da escravidão no país, onde a migração para as cidades propiciou condições para o desenvolvimento cultural e tecnológico e para a proclamação da república como forma de governo. Nesse contexto histórico para se combater índice de mortalidade infantil foram criadas entidades para amparar crianças pobres.

O movimento das escolas novas foi recebido com entusiasmo por alguns e os jardins de infância foram implantados e questionados por muitos. Os primeiros jardins de infância foram criados no Rio de Janeiro em 1875 e em São Paulo em 1877, com uma proposta pedagógica inspirada em Froebel. A implantação dos jardins de infância gerou muitos debates onde consideravam prejudiciais à família por tirarem desde cedo a criança do ambiente doméstico, sendo admitido apenas nos casos de proteção aos filhos das mães trabalhadoras.

Em tal instituição era priorizado o desenvolvimento intelectual e físico dos alunos, de acordo com o pensamento de Nascimento (2008):

[...] os jardins de infância eram instituições públicas e se distanciavam do perfil das instituições pré-escolares privadas destinadas às famílias abastadas e suas crianças ricas. Primavam por desenvolver um trabalho educativo voltado para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças, ultrapassando aquela concepção assistencial de prover apenas alimentação, higiene e segurança física na primeira infância. (NASCIMENTO, 2008)

Froebel acreditava que a formação do novo sujeito, idealizada pela visão do século XIX, deveria começar com as crianças pequenas. O reformador educacional propunha uma perspectiva de educação pré-escolar. Para ele, essa formação na pré-escola, posteriormente chamada de Jardim de Infância, serviria para o desenvolvimento dos “dons” na alma, na mente e no corpo do infante. Segundo Nascimento (2008)

“A infância seria uma fase plena de descoberta do mundo, questionadora e também carente de cuidados. Os adultos, como bons cultivadores, assumiriam a função de “jardineiros” para adubar, regar e moldar as novas gerações.” (NASCIMENTO, 2008)

Nessa perspectiva a Educação Infantil no Brasil desde a criação da primeira creche, no final do século passado, vem apresentando um grande avanço, principalmente em termos quantitativos.

3.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA LEGISLAÇÃO:

A partir de 1930 que a educação infantil começa a ser assumida pelo Poder Público, com caráter extremamente assistencial, inspirada nos moldes americanos de educação, que assimilavam o ensino ativo, através da atividade livre da criança.

A nova concepção educacional surgida pelos escolanovistas influencia fortemente as instituições de educação infantil. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, publicado em 1932, propunha “o desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares”. (KUHMAN, 2009) Nesse sentido Anísio Teixeira, um dos pensadores escolanovistas enfatizava:

[...] a importância da criança pré-escolar ser vista não apenas sob o ângulo da saúde física, pois seu crescimento, desenvolvimento e formação de hábitos envolveriam facetas pedagógicas, como habilidades metais, socialização e importância dos brinquedos. (KUHMAN, 2009)

Baseados nesses modelos, em 1941, em alguns estados brasileiros foram criados parques de jogos e recreios que tinham como finalidade educar a criança, dispensando toda a assistência necessária, como lazer, alimentação e saúde dando ênfase ao caráter lúdico do processo de aprendizagem.

Em 1943, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) determina as empresas, com pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos, deveriam oferecer espaço para a guarda das crianças lactantes, ou seja, creches. Entretanto, não tendo sido definidos em lei os mecanismos de controle e fiscalização do serviço, o atendimento ficou a mercê de cada empresário e da capacidade de pressão dos trabalhadores. Vale destacar que este serviço foi pensado visando a relação mulher/produção econômica, não considerando as necessidades e os direitos das crianças.

Surgem assim, novas iniciativas interessantes e são criadas instituições para proteger a infância. Dentre elas destacam-se: a LBA (Legião Brasileira de Assistência) Sesi (Serviço Social da Indústria) e Sesc (Serviço Social do Comércio) que passaram a atender principalmente crianças carentes. Outro ponto importante para a organização da educação infantil é a vinculação do Brasil com o OMEP (Organização Mundial para a educação Pré-Escolar). Apesar da criação de todas essas instituições, o atendimento infantil não correspondeu à demanda de crianças carentes. Muitos argumentos foram usados para retardar a evolução da educação infantil, porém descobertas científicas sobre o desenvolvimento infantil, como o construtivismo de Constancia, os trabalhos sobre a psicogênese da língua falada de Emilia Ferreiro, abalou as práticas familiares e o trabalho realizado em creches e pré-escolas, cujas concepções eram de controle social, preparação para o ensino fundamental e substituição na ação da família, considerando-se uma educação assistencialista compensatória.

A partir dos anos 70, o atendimento na educação infantil pré-escolar alia-se ao caráter assistencial, até agora predominante, o caráter compensatório e o preparatório, visando minimizar as carências e deficiências culturais das crianças das classes populares e resolver o problema de evasão e repetência nas 1ª series do 1º Grau.

A Lei de Diretrizes e Bases de nº 5692/71 destaca no Art. 19, parágrafo 2º que “os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam convenientes educação em escolas maternas, jardins e instituições equivalentes.” A pré-escola, desvinculada da creche, tinha como função primeira o caráter compensatório.

Neste período foram criados órgãos como a Coordenação de Educação Pré-Escolar (COEPRE). Em 1975 tendo como objetivo o incentivo as Secretarias de Educação dos estados a também criarem coordenações voltadas ao pré-escolar, garantindo assim, a expansão do atendimento. Mas, podemos questionar, porque a preocupação do Governo Federal em expandir os serviços de pré-escola? A educação pré-escolar passou a ser considerada na década de 70 como a solução

dos problemas do primeiro grau, onde cresciam a repetência e a evasão escolar. Desta forma, se a escola de 1º grau não dava conta de promover o sucesso das crianças das camadas populares, que a ela chegavam com “atrasos” ou “carências”, tornava-se necessário preparar tais crianças antes da escola, ou seja, na pré-escola. Assim, os problemas seriam solucionados através de uma política de educação compensatória.

Influenciada pela teoria da privação cultural e do que ficou conhecida, como educação compensatória; assim na década de 70 a educação infantil passava por uma organização administrativa no interior dos sistemas de ensino.

No entanto, somente na década de 80 houve uma expansão bastante expressiva das matrículas, como mostra Vital Didonet, em seu texto *“Balanço crítico da Educação Pré-Escolar nos anos 80 e perspectivas para a década de 90”*.

“Entre 1980 a 1990, a pré-escola no Brasil passou por três fenômenos marcantes: a expansão quantitativas, abrindo-se ao ingresso de contingente bastante expressivo da população infantil: a formulação de propostas pedagógicas para o trabalho com criança nos centros pré-escolares: e o reconhecimento do direito da criança à Educação desde o nascimento”. (Didonet, 1992)

Neste período, a educação infantil ganha destaque especial na área da legislação, no ano de 1988 é promulgada a Constituição Federal, que contempla matéria específica sobre educação da criança pequena, reconhecendo o direito da criança de 0 a 6 anos de idade à educação em creches e pré-escolas. Tal reconhecimento foi fruto de uma história de lutas e reivindicações de diferentes setores da sociedade civil. No artigo constitucional nº 208, ressalta que:

“o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: (...) IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988)

A definição legal aponta para a superação do caráter assistencial, até aqui dominante, e passa a exigir uma atuação efetiva do sistema educacional nas suas diferentes instâncias: federal, estadual e municipal.

Portanto com a Constituição Federal de 1988, Educação Infantil conquista um espaço significativo, sendo garantido às crianças de 0 a 6 anos o atendimento em creches e pré – escolar.

Em 1990 por meio da Lei nº 8069, de 13 de junho, sob intensa mobilização da sociedade civil e decorrente da Constituição Federal, é aprovado o Estatuto da Criança e do adolescente, visando regulamentar o direito constitucional da criança e do adolescente. Com a preocupação de garantir tal direito, o Estado parte do pressuposto que a criança e o adolescente são cidadãos independentes de sua condição social, concepção que o diferencia fundamentalmente das legislações anteriores voltadas exclusivamente para o atendimento à infância pobre, daqueles considerados em “estado de risco” ou em “situação irregular”. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente configura-se, portanto, num grande instrumento para efetivação de uma democracia participativa no trato dos interesses das crianças.

Mas, a existência de tais artigos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, não significou a garantia da efetivação destes direitos proclamados e a qualidade do atendimento às crianças pequenas em creches e pré-escolas. Com relação à garantia do atendimento, é interessante considerarmos os comentários de Didonet (1992), onde ele apresenta que o governo federal ensaiou uma política para a infância, e que não passou de um ensaio amadorístico: muitas idéias, algumas iniciativas e poucos resultados.

Nos anos posteriores a LDB de nº 9394/96, concebe o atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade como “primeira etapa da Educação Básica” o Art. 29 traz em seu texto uma seção dedicada à Educação Infantil”. Nessa seção, creche e pré-escola são definidas como partes da Educação Infantil, sendo a primeira destinadas às crianças de 0 a 3 anos e a segunda às crianças de 4 a 6 anos.

Considerando o pensamento de Campos, a nova LDB contribui para a superação da situação predominante:

“Na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, consolidaram-se dois tipos de atendimento paralelos: o que se convencionou chamar de creche, de cunho mais assistencial e de cuidado, e a pré-escola, ligada ao sistema educacional e refletindo suas prioridades de caráter instrucional”. (Campos, 1993)

Embora a legislação tenha avançado no sentido de entender a criança como cidadã, sujeito, portanto de direitos sociais, ainda enfrentamos uma série de desafios para efetivação das conquistas alcançadas. Vários documentos foram elaborados pelo o MEC no âmbito da educação infantil no decorrer dos anos seguintes.

Um exemplo foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), elaborado em 1998. O RCNEI, que consiste num conjunto de referências e orientações pedagógicas, não se constituindo como base obrigatória à ação docente.

No ano seguinte o MEC através do Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), com orientações para as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Em 2000, foi realizado o Censo da Educação Infantil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com o intuito de se obter informações mais precisas sobre a educação infantil no Brasil.

No ano seguinte foi aprovados o Plano Nacional de Educação (PNE), onde expressa as competências e responsabilidades dos entes federados e da família no que se trata da educação infantil.

Já em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Com aprovação dessa Lei, o número de crianças será maior no sistema educacional brasileiro, pois é obrigatório que essas estejam no ensino fundamental. Sendo importante lembrar que o ingresso dessas crianças deve ser observado de forma que o desenvolvimento e aprendizagem respeitem às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Percebem-se com essa explanação grandes avanços na educação das crianças pequenas, porém sabe-se que ainda há muito a ser realizado para garantir seus direitos.

3.3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

Para entender a história das Instituições de Educação Infantil no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, durante o século XX, se faz necessário estabelecer relações com a história da infância e da criança, bem como com as concepções pedagógicas que fundamentam as propostas e práticas direcionadas para as crianças de zero a seis anos de idade em instituições de ensino e/ou de cuidado. Percebe-se que tanto as creches, jardins de infância ou escolas maternas, constituíram-se como instituições de ensino embora as creches caracterizavam-se mais como instituições de cuidado. Isso nos possibilita visualizar a influência da construção de tais espaços, centrados no cuidado ou na educação, pelas leis governamentais, pelas concepções de criança e infância e pelo contexto histórico-cultural de cada sociedade.

Com o crescimento econômico, urbano e social e meio a muitas conquistas, a sociedade intelectual e os governantes se envolvem em discussões sobre reformas

nas Instituições sociais no Estado, objetivando ampliar o papel “civilizador” das práticas escolares aliados às medidas de saúde, saneamento e de higiene, advindas dos movimentos sanitárias nacionais (ARAÚJO, 1998).

Esse movimento modernizador não foi diferente com a educação, havia uma grande preocupação, entre intelectuais e governantes, em relação ao ensino das primeiras letras no Rio Grande do Norte. Segundo Oliveira:

“Em uma trajetória paralela, classes pré-primárias eram instituídas junto a grupos escolares em várias cidades brasileiras. Assim, de forma desintegrada, ocorria o atendimento às crianças em creches, parques infantis, escolas maternais, jardins-de-infância e classes pré-primárias. (OLIVEIRA, 2005)

Consonante a esse período, é consolidada a ideia de que os estudantes da Escola Normal de Natal pudessem aplicar seus conhecimentos pedagógicos através de aulas práticas. Por não haver um prédio próprio para a aplicação dos conhecimentos pedagógicos da Escola Normal o Jardim de Infância Modelo de Natal, fundado em (1910), acaba sendo anexo ao Grupo Escolar Augusto Severo. De acordo com Marbeau 1889 apud KUHLMANN, 1998:

[...] a creche era considerada uma escola: de higiene, de moral e de virtudes sociais. Esta ajudaria a escolarização dos pequenos. Dizia ele: é quase sempre possível a uma cidade reservar à creche uma das salas de um grupo escolar, onde ficaria, vizinha da escola maternal, ou seja, em seu lugar natural”. (MARBEAU, 1889 apud KUHLMANN, 1998, pg. 74)

Apesar deste avanço ocasionado no início do século XX na educação natalense, é fato que durante um longo período a educação das crianças pequenas

era obrigação da família, e no Estado do Rio Grande do Norte esta prática não era diferente, cabia as mães de famílias educarem seus filhos pequenos. Para muitos na sociedade norterio-grandense, a educação das crianças pequenas só serviria para prepará-las para a entrada nos Grupos Escolares, esta educação ocorria a partir das aulas particulares com professoras que eram contratadas para ensinar a alfabetização “be-a-ba” e tabuadas. (LIMA, 1927). A criança nesta perspectiva era entendida como um ser carente de cuidados, passivo, visto como alguém que ainda iria se construir, um vir-a-ser.

Diferente das outras instituições criadas no início do século XX em Natal, o jardim de infância possuía um caráter educacional, fundamentando sua proposta pedagógica na teoria de Froebel, entre outros educadores.

Somente a partir da década de 50, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), passou a exigir a criação de prédios próprios para as Escolas Normais. O Instituto de Educação propunha um espaço de estudos e pesquisas sobre a criança objetivando a criação de um centro de formação de professores especializados. Era exigida na formação das professoras “uma sólida fundamentação científica, estudos e pesquisas experimentais sobre o desenvolvimento infantil e a observação da criança” (KUHMAN, 2009, p. 187). Entendemos que o jardim seguia os preceitos educacionais, baseado em concepções froebianas e de pestalozzi, compreendendo a singularidade do universo infantil.

No início do século XX, no Brasil, as instituições de educação à infância, foram marcadas pela presença médico-higienista. Foi neste mesmo período que uma creche anexa a Escola Doméstica de Natal foi fundada, recebendo grande influência dos movimentos científicistas na educação.

As instituições de educação infantil na cidade de Natal surgem para servir de apoio às práticas pedagógicas das normalistas ou na Escola Doméstica. Estas instituições serviam como salas de aplicação ou laboratórios pedagógicos, onde as

crianças não eram protagonistas desses espaços, mas o foco era a formação educacional das alunas normalistas ou domésticas.

Ao nos depararmos com a concepção atual de Educação Infantil e a prática existente nesses locais, observamos que embora a visão assistencialista e compensatória venha sendo criticada a mais de um século, estando presente em diversos momentos da história da educação infantil, até hoje ela é vivenciada nos espaços educacionais infantis. Na atualidade, embora haja novas tendências pedagógicas que norteiem o trabalho educacional na infância, muitas instituições ainda estão aprisionadas em práticas do passado. Para alguns no âmbito nacional e regional, a divergência entre espaços educativos para ricos e espaços de cuidado para os pobres permanecem arraigada na prática escolar.

Para além das questões que envolvem todos os percalços que comprometem a história da educação infantil no Rio Grande do Norte, consideramos que muitos são os desafios que nos assolam para documentação da nossa história educacional, porém falar de criança, das suas especificidades e do seu universo infantil não é tarefa fácil, tem ainda um longo caminho a percorrer.

3.4. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS

No dia 28 de fevereiro de 1943, Monsenhor Paulo Herôncio fundou em Currais Novos a Escola de Nossa Senhora. Além d instrução primária, foram atendidas também pela primeira vez no município crianças com idade de 5 e 6 anos. Eram duas turmas que tendiam essa faixa etária que funcionava nos dois turnos. A sala de aula era adaptada para esse atendimento, com mesinhas e cadeirinhas pequenas, livros de historinhas, uma radiola, discos infantis, um balanço e alguns brinquedos. As primeiras professoras dessas turmas foram Isabel Bezerra Mendes e Severina Gonçalves, segundo informações obtidas em entrevista com Dona Ivanilda que era diretora da mesma escola na época. Considerando a situação precária

dessas crianças, na escola eram servidas duas refeições diariamente. Essa escola funcionava no prédio que atualmente fica a Capela do Educandário Jesus Menino.

Com uma visão futurista, Monsenhor Paulo Herôncio no ano de 1944, fundou a Ginásio Jesus Menino de nível secundário, onde também atendia a crianças de 5 e 6 anos de idade, desta feita crianças de famílias mais abastadas. O Ginásio foi dirigido por leigos até 1946, sendo entregue as irmãs do Amor Divino em 1947. Esse ginásio serviu de suporte para as professoras da Escola de Nossa Senhora, pois procuram sugestões de atividades para desenvolverem com suas crianças.

Aos 6 de julho de 1952, Monsenhor Paulo inaugura a Escola Creche situada no bairro Santa Maria Gorete, devido ao grande número de crianças que necessitavam de atendimento. Alguns anos depois o Ginásio Capitão Mor-Galvão abre mais salas para atender crianças de 5 e 6 anos.

Com o passar dos tempos e o surgimento de instituições para proteção da infância como a LBA (Legião Brasileira de Assistência), a paróquia de Sant'Ana abre mais creches para garantir o atendimento das crianças dessa faixa etária. Foram criadas as seguintes creches: Creche JK, Creche Nossa Senhora de Lourdes, Creche Nossa Senhora de Fátima e CIAC. Além dessas instituições o poder municipal abriu as Creches Ednólia Melo, Tia Coely e Tia Paquinha.

Após ser extinta a LBA, as creches antes mantidas pela Paróquia passaram a ser mantidas pelo poder municipal. Surge em seguida o SESI (Serviço Social da Indústria) com o objetivo de atender os filhos dos trabalhadores das minerações existentes na cidade.

Sabe-se que o atendimento a criança da idade pré-escolar era de cunho totalmente assistencialista e a metodologia totalmente tradicional. A educação desse criança no município passou pelas mesmas evoluções e transformações ocorridas no país.

Atualmente a educação infantil tem recebido um atendimento mais sistematizado, no município de Currais Novos/RN tem 10 instituições de educação infantil, no qual seguem as orientações do MEC, com proposta pedagógica voltada para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança.

Na contemporaneidade a criança é vista numa perspectiva que valoriza a sua condição histórica e social, isso implica reconhecê-la como sujeito histórico-cultural-social, como alguém que tem ideias, desejos, expectativas isso é refletido na gama de estudos referentes ao universo infantil.

4. METODOLOGIA: O CAMINHO TRILHADO PELA PESQUISA

Toda investigação científica pressupõe alguns pontos de partida. O recurso aos fatos, isto é, a busca empreendida pelo pesquisador de evidências da realidade, é precedido de algumas alternativas para a resolução de problemas. A seleção dos eventos na realidade, a forma de olhá-los ou os “recortes” do real são decisões tomadas pelo pesquisador, tendo como ponto de partida o compromisso com uma concepção teórica sobre o sujeito da aprendizagem, assim como sobre o objeto a conhecer. Algo só se torna observável, em função de informações prévias.

Com essa perspectiva, a proposta da elaboração de um curso de formação para professores da educação infantil na modalidade à distância se deu a partir da análise de alguns depoimentos de professores no que diz respeito a sua opinião quanto à formação oferecida através da educação à distância a esses profissionais.

Assim sendo, são apresentados, nesta parte do trabalho, os resultados da investigação realizada com os professores que atuam na educação infantil no município de Currais Novos/RN, mais precisamente na Creche Maria Dalila que funciona no prédio da Escola Municipal de Nossa Senhora.

Para iniciar a pesquisa e verificar a opinião dos envolvidos, foi entregue um questionário objetivando colher informações gerais sobre a opinião dos professores em relação à importância da formação continuada, identificando quais as possibilidades de participarem de um curso de formação na modalidade à distância e sondando os temas que sentiam necessidade de serem abordados nessa proposta. Além desse questionário, foram feitas algumas entrevistas, com a finalidade de coletar mais opiniões dos envolvidos.

A pesquisa qualitativa foi realizada por amostragem com o universo de dez professores da Educação Infantil que atuam na Creche Municipal Maria Dalila, essa escolha se deu mediante o tempo disponível para efetivação do estudo e pela proximidade física da pesquisadora com os envolvidos.

A receptividade foi positiva, todos demonstraram interesse em participar dessa pesquisa e fornecer informações necessárias para o andamento do trabalho.

Para a análise dos dados coletados e objetivando compreender seus anseios e possibilidades, as respostas que focavam questões que se assemelhavam foram agrupadas segundo as ideias centrais.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Construir, metodologicamente, uma pesquisa acadêmico-científica implica em delimitar as concepções teóricas e as técnicas que serão empregadas, de acordo com o campo que será investigado, pois como já enfatizava Lênin (1965) “*o método é alma da teoria*”.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: análise documental e bibliográfica; entrevistas semi-estruturadas e questionário, ferramentas vinculadas à pesquisa quantitativa.

Segundo NEVES (1996) o objetivo de um estudo qualitativo é o de:

“Traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, reduzindo a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”. NEVES, (1996, p.01)

Vemos que numa investigação qualitativa, o pesquisador busca proceder à interpretação da realidade, tendo para isso de imergir, no contexto da situação.

Para efetivação da pesquisa tornou-se necessária à elaboração de um questionário. Este questionário foi aplicado e traçou o perfil das professoras que atuam na educação infantil na Creche Maria Dalila do município de Currais Novos/RN, objetivando, sobretudo, definir os sujeitos que seriam entrevistados. Assim, as informações coletadas foram cuidadosamente analisadas, para evitar interpretações indevidas.

Com o questionário em mãos, as respostas dadas pelos professores foram analisadas, adquirindo assim mais subsídios para a continuação da pesquisa. A análise dos dados partiu da verificação das respostas emitidas pelos professores, isoladamente, isto é, questão por questão, buscando as expressões-chaves, de cada resposta.

A partir dos resultados obtidos, levando em conta as respostas sintetizadas, apresento com o auxílio dessas tabelas os resultados consolidados dos questionários propostos aos professores.

A seguir é apresentada a tabulação das respostas obtidas no questionário dado ao usuário.

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos professores

Escolaridade	Nº de respondentes
Mestrado	0
Pós-Graduação Incompleto	2
Pós-Graduado	2
Superior Incompleto	2
Superior	4
Ensino Médio	0

A tabela de escolaridade demonstra que os professores entrevistados estão buscando sempre melhorar sua formação acadêmica, pois a sua maioria apresenta um grau de escolaridade satisfatório para o exercício de sua função.

Tabela 2 - Tempo de atuação na Educação Infantil

Tempo de atuação na E.I	Nº de respondentes
1 a 4 anos	4
4 a 9 anos	2
9 a 12 anos	3
Mais de 15 anos	1

Nota-se com o resultado, que a maioria dos professores têm de 1 a 4 anos de atuação nessa área, mas também encontramos professores com tempo entre 9 a 12 anos, portanto com experiência incontestável na área.

Tabela 3 – Faixa etária dos professores

Tempo de atuação na E.I	Nº de respondentes
20 a 25 anos	0
25 a 30 anos	0
30 a 35 anos	2
35 a 40 anos	7
Mais de 40 anos	1

Observa-se que a maioria dos professores se encontram com mais de 30 anos de idade.

Tabela 4 – Participação em Curso na modalidade à distância

Participou de curso à distância	Nº de respondentes
Sim	2
Não	8

A maior parte dos professores não teve a oportunidade de participar de um curso na modalidade à distância. As mesmas relataram ainda que as maiores dificuldades encontradas para realizar algum curso à distância é em primeiro lugar a falta de conhecimento no manuseio das novas tecnologias e o pouco tempo disponível, já que a maioria trabalha mais de um horário, impossibilitando-as de realizar curso nessa modalidade.

Tabela 5 – Grau de interesse em participar de um curso à distância

Grau de interesse	Nº de respondentes
Alto	6
Médio	4

Baixo	0
-------	---

Através dessa tabela podemos verificar o interesse desses professores em participarem de um curso realizado à distância, desde que lhe seja oferecido as condições necessárias para sua efetivação.

Tabela 6 – Tempo disponível por semana para essa formação

Tempo disponível semanalmente	Nº de respondentes
02 a 04 horas	7
04 a 08 horas	3
08 a 12 horas	0
12 a 15 horas	0

De acordo com a tabela constata-se como uma das dificuldades relatadas pelos professores diz respeito a questão do pouco tempo disponível para realização de um curso à distância.

Tabela 7 – Programas de computação que tem domínio

Programas de computação	Nº de respondentes
Windows	3
Editor de texto	2
Navegação internet	4
Excel	1

Com o resultado apresentado na tabela acima, vimos que poucos programas de computação foram

citados, e vale ressaltar que as mesmas deixaram claro que os programas que conhecem não dominam. Eis então um dos grandes desafios a ser vencido com a efetivação dessa proposta.

Tabela 8 – Quanto ao acesso a internet

Local que acessa a internet	Nº de respondentes
Casa	7
Trabalho	1
Lan Hause	2
Outros	0

Observa-se que os entrevistados na sua grande maioria possuem internet na sua casa, facilitando assim a sua participação a um curso à distância.

Em se tratando dos temas que gostariam de ser abordados nessa formação esses foram os mais citados: O brincar na educação Infantil, Indisciplina, Fundamentos e metodologia aplicada na Educação Infantil, Leitura e escrita, Literatura Infantil e Inclusão.

No que diz respeito às sugestões solicitadas para o sucesso dos cursos na EaD, as professoras deixaram claro que um curso principalmente na modalidade à distância terá sucesso se houver compromisso dos envolvidos, se o aluno cumprir com todas as tarefas solicitadas e se o professor-tutor dê assistência necessária aos alunos. Além disso, foi sugerido que nas aulas presenciais fosse feita a devolutiva comentada dos trabalhos postados.

Após a análise desses dados, foram realizadas leituras onde o assunto foi aprofundado de maneira que auxiliasse na organização de uma proposta de formação à distância baseando-se nesse panorama apresentado na pesquisa.

4.2 PROPOSTA DO CURSO

A rápida evolução da sociedade criou novas necessidades no campo da educação, entre elas a de contínua formação. Por consequência, educadores e estudiosos buscaram alternativas aos sistemas tradicionais que pudessem atender a estas necessidades. E entre novas e velhas alternativas, a educação a distância é uma possibilidade que está se consolidando no país e ganhando visibilidade política.

A EAD é uma modalidade educativa que vai além da mera difusão de conhecimentos. Pressupõe objetivos definidos, uma proposta pedagógica consistente, mecanismos de recepção e avaliação, tudo isso estruturado a partir das necessidades do educando.

Construir um planejamento educacional em EAD é estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática. Nada melhor do que fazer um diagnóstico da realidade para selecionar e organizar os conteúdos de aprendizagem, escolher os meios e as atividades mais adequados e definir como avaliar. É importante, saber pensar um planejamento e a organização de sistemas de EAD na sua instituição

Veiga (2000), aborda a questão e acredita que a falta de clareza acerca da proposta pedagógica reduz qualquer curso a uma grade curricular fragmentada, fazendo com que até as ementas das disciplinas e as bibliografias percam sua razão de ser. Neste sentido, a autora afirma que “o projeto é uma totalidade articulada, decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem” (p. 186). Desta forma, ter definida e clara a concepção pedagógica norteadora da ação docente de ensino-aprendizagem é essencial.

Segundo Raabe (2000), Melo (2004) e Marcheti (2003), algumas das questões mais importantes para a implantação começam a ser analisadas bem antes da estruturação ou re-estruturação do projeto pedagógico do curso. Dentre elas podem ser citadas:

- Ter claro o tipo de projeto que deseja implantar: se um programa, curso, disciplina, 20% de uma disciplina, treinamento, atividade complementar, etc.
- Ter claro os objetivos parciais e finais a serem alcançados.
- Demanda à necessidade: se há uma necessidade mercadológica ou apenas uma “vontade e iniciativa” de alguns.

- Público alvo bem definido: para definir o público é necessário avaliar os parâmetros da realidade que a instituição se enquadra, o projeto educativo institucional e sua viabilidade.

O material didático para EAD tem que atender a este movimento citado por Andrade (2003) e o grande desafio da educação a distância é, justamente

“produzir um material didático capaz de provocar ou garantir a necessária interatividade do processo ensino-aprendizagem”.
Andrade (2003) (p.137)

Aqui ousamos a afirmar que para a EAD a concepção pedagógica a ser adotada como referencial, deve privilegiar a interação, a interatividade e a aprendizagem colaborativa, levando em consideração que em todo processo de aprendizagem deva ser construído em sintonia com o desenvolvimento do ser humano, mas é preciso estar atento à influência que alguns elementos externos exercem sobre a interação, interatividade e colaboração.

Nessa perspectiva de oferecer um curso formação à distância a esses professores, levando em consideração os temas sugeridos, optamos para elaborar uma proposta cujo tema foi o mais citado que é o de trabalhar a leitura através da Literatura Infantil.

FICHA TÉCNICA DE CURSO À DISTÂNCIA

1- Identificação

1.1 Nome do Curso:

- Curso de Orientações para o Trabalho com a Literatura Infantil

1.2 Público-alvo:

- Professores de educação Infantil

1.3 Forma de divulgação do Curso:

- Carta convite aos professores da educação Infantil da Creche Maria Dalila no município de Currais Novos/RN
- Cartaz no mural da escola.

1.4 Coordenação:

Coordenador e tutor: Fábila Pereira de Medeiros Lira

Dados de contato: (84) 88394906 email: fabiamlira@ig.com.br

1.5 Local de realização do Curso:

- a) Escola Municipal de Nossa Senhora, Rua Vivaldo Pereira, Sn, Centro, Currais Novos/RN, Fone (84)3431-1937
- b) AVA

1.6 Período de funcionamento do Curso:

Data de início: 10/08/2011

Data de término: 10/12/2011

Duração do Curso: 40 h/a

1.7 Número de vagas:

Número de turmas: 01 turma

1.8 Inscrição, seleção e matrícula:

Cronograma de inscrição, seleção e matrícula;

Forma de inscrição: Formulário Impresso, formulário On-line.

Critérios de seleção: Ser professor da rede municipal de ensino.

Procedimentos de matrícula: Preenchimento e entrega dos formulários de inscrição.

1.9 Grade curricular (relação de Módulos/Unidades/Disciplinas):

UNIDADE 1 – O resgate da leitura em voz alta pelo professor.

UNIDADE 2 – Procedimentos pedagógicos que levam à formação dos leitores.

UNIDADE 3 – Professor leitor/ aluno leitor.

UNIDADE 4 – Valorização do livro e da leitura.

UNIDADE 5 – Desenvolvendo as habilidades de leitura das crianças.

UNIDADE 6 – O que é literatura.

UNIDADE 7 – O trabalho com o livro de literatura.

UNIDADE 8 – Conhecendo o livro.

UNIDADE 9 – A biblioteca escolar.

1.10 Cronograma:

ATIVIDADE A SER EXECUTADA	ABR 2011	MAI 2011	JUN 2011	JUL 2011	AGOS 2011	SET 2011	OUT 2011	NOV 2011	DEZ 2011
Trâmite do projeto para aprovação pela Instituição									
Cronograma do processo de capacitação da equipe									
Cronograma do processo de produção de material didático									
Cronograma do processo de seleção de tutores									
Cronograma do processo de seleção de alunos									
Cronograma do Curso									
Recuperação de estudos									

1.11 Sistema de avaliação:

Frequência: 02 aulas presenciais, acesso aos módulos

Notas e médias para aprovação: Média de aprovação 7,0

Recuperação de estudos: Prova escrita presencial

a) Distribuição de notas

ORDEM	ATIVIDADES	NOTAS
1.	Prova presencial	5,0
2.	Participação nos fóruns 9 x 0,44	4,0
3.	Frequência ao encontro presencial	1,0
	TOTAL	10,0

1.12 Critérios para obtenção de certificados:

O aluno para obter o certificado deverá: obter nota igual ou superior a 7,0; participar de pelos menos um encontro presencial; Participar de todos os fóruns propostos.

2- Justificativa

O professor, enquanto mediador do desenvolvimento dos seus alunos, é o profissional responsável por superar esse desafio e merecedor, portanto, de instrumentos que o apoiem e o tornem, também um leitor competente.

O curso “Orientações para o trabalho com a literatura infantil”, oferece informações importantes para a formação continuada do professor.

3-Objetivos

3.1 Objetivos gerais

- Ampliar as propostas de trabalho com literatura infantil agregando a essa formação o conhecimento que tem sobre o seu aluno, a realidade da escola e o contexto no qual ele se insere.

3.2 Objetivos específicos

- Reconhecer a importância do papel do professor no trabalho com a leitura.
- Observar questões preliminares e imprescindíveis para assegurar um efetivo trabalho com a leitura.
- Despertar no professor a consciência e a responsabilidade da necessidade de ler.
- Refletir a respeito do que faz um texto ser considerado literário, ou seja pertencer ao universo da arte.

4- Proposta metodológica

4.1 Material didático

Mídia(s): Texto em PDF e Word, pesquisas on-line, Curso no ambiente AVA.

Guias e tutoriais a serem elaborados: Cartilha on-line e para impressão

4.2 Sistema de comunicação

Recursos tecnológicos e mídias: Fóruns, emails, chats

Encontros presenciais

Quantos/quais (inicial, periódicos, final): Serão dois encontros um inicial e outro final

Local/locais de realização: Escola Municipal de Nossa Senhora,
Rua Vivaldo Pereira, Sn, Centro, Currais Novos/RN, Fone (84)3431-1937

4.3 Equipe

No. de professores-autores ou conteudistas: 01

No. de professores responsáveis por Módulos/Unidades/Disciplinas: 04

No. de tutores: 01

Equipe técnico-administrativa (quantos e quais profissionais): 07

- a) Coordenador: 01
- b) Secretário: 01
- c) Designer Instrucional: 01
- d) Revisor: 01
- e) Designer Gráfico: 01
- f) Programador: 01
- g) Ilustrador: 01

Cursos/Oficinas/Reuniões para capacitação das equipes (quantos e quais): Será realizado um encontro para capacitação da equipe técnica com duração de 10 h/a.

4.4 Avaliação

Avaliação da aprendizagem:

- Tipos de atividades: 01 Prova presencial, 09 fóruns
- Frequência: 01 encontro presencial, conclusão dos 09 fóruns,
- Critérios para aprovação: obter nota igual ou superior a 7,0
- Critérios para obtenção de certificados: obter nota igual ou superior a 7,0; participar de pelos menos um encontro presencial; Participar de todos os fóruns propostos.
- Critérios de reprovação: Obtenção de nota inferior a 7,0

Avaliação do Curso (interna/externa/proposta metodológica): Através de formulário on-line

Avaliação da Instituição (interna/externa/proposta metodológica) Através de formulário on-line

4.5 Infra-estrutura

Espaços físicos (quais/adequação ou construção): Sala de aula e laboratório de informática da Escola Municipal de Nossa Senhora.

Mobiliário/equipamento: 01 bureau, 60 carteiras, 01 notebook, 01 aparelho de multimídia, 01 microfone, 01 caixa de som amplificada

4.6 Informações complementares

Caso o número de vagas não seja preenchido pelo público-alvo o curso poderá ser estendido aos professores que lecionam em outras creches do município.

A partir da proposta elaborada, tomaremos as devidas providências para efetivação do curso, seguindo o cronograma de planejamento, como também colocando em prática toda a metodologia, objetivando alcançar as metas propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Levy (1993) a velocidade de evolução dos saberes, à massa de pessoas convocadas a aprender e produzir novos conhecimentos e o surgimento de novas ferramentas, fazem emergir paisagens inéditas e distintas, identidades singulares no coletivo, uma inteligência e saber coletivos.

Os últimos avanços tecnológicos tornaram a educação à distância mais uma possibilidade de interação, no espaço virtual, entre mestre e aprendiz criando condições para a realização de ensino e aprendizado em níveis próximos aos obtidos por meio das experiências presenciais.

Prioritariamente, as políticas públicas também precisam atender às demandas de formação e contínua atualização de docentes. Sobretudo, porque a democratização do ensino requer professores com valores, conhecimentos, habilidades, competências que lhes permitam responder aos desafios que o cotidiano lhes apresenta.

Desta forma a educação a distância pode contribuir para que professores vençam as barreiras do tempo, do espaço e da falta de recursos financeiros. A educação a distância pode oferecer oportunidades não apenas aos professores que se encontram distantes dos centros de difusão de informação, mas também àqueles que apesar de próximos a esses centros não dispõem de condições de regularidade no prosseguimento da sua formação.

Segundo Felder (1996), as pessoas aprendem de diferentes maneiras: vendo, ouvindo, interagindo, fazendo, refletindo, de forma lógica, intuitiva, memorizando, por analogias, criando modelos e imagens mentais. Ao se considerar que quem ensina também é um aprendiz.

É necessário que os professores compreendam a relevância de manterem-se profissionalmente atualizados e que “concebam sua formação como um modo de viver e de estar na profissão” (HUBERMAN, 1999, p. 47).

Mas também, sem dúvida, é fundamental que esta necessidade seja reconhecida para que lhes sejam viabilizadas condições de prosseguimento na sua formação.

A formação continuada deve estar presente durante toda a vida profissional do docente por meio de “diversos canais que permitam a atualização de seus

conhecimentos” (NASCIMENTO, 1998, p. 75). Os cursos, presencial ou à distância, são apenas alguns desses canais.

A diversidade de canais de comunicação – impressão, rádio, televisão, projetos na Internet, audioconferências, videoconferências, TV interativa etc – permitem inúmeras possibilidades e combinações de uso das diferentes mídias na educação a distância.

Qualquer projeto deve focalizar atentamente as necessidades dos alunos e, também, considerar sua base cultural e socioeconômica, interesses e experiências, níveis de educação, familiaridade com a tecnologia e preparação para um novo modelo de aprendizagem. Cada vez mais a educação a distância conjuga as tecnologias para atender melhor as necessidades de cada usuário.

Diante do exposto verificamos que o presente estudo possibilitou algumas considerações sistematizadas a partir da leitura e discussão dos dados obtidos. Através desse estudo pôde-se constatar com as informações coletadas que o professor de educação infantil que atua no município de Currais Novos/RN, apresenta uma preocupação significativa com a sua formação acadêmica, visando adquirir novos conhecimentos e conseqüentemente melhorar a sua prática pedagógica.

Com base nesse pressuposto, e observando o avanço tecnológico cada vez mais acentuado no nosso meio educacional é que resolvemos diante das necessidades explicitadas pelos pesquisados, elaborar um curso de formação continuada na modalidade à distância. Levamos em consideração para a escolha do tema a ser estudado o que hora foi mais citado, que foi o de trabalhar com a Literatura Infantil.

De acordo com GOES (1990, p. 16), através da linguagem simbólica, a literatura infantil pode influenciar na formação da criança, que passa a conhecer o mundo em que vive de maneira a compreender: o bem e o mal, o certo e o errado, o belo e o feio, amor e raiva, a dor e o alívio, entre outros. Por isso, aos poucos, a criança compreende o mundo adulto do qual faz parte. "A leitura para a criança não é, como às vezes se ouve, meio de evasão ou apenas compensação. É um modo de

representação do real. Através de um "fingimento", o leitor re-age, re-avalia, experimenta as próprias emoções e reações."

A literatura infantil cumpre, hoje, a responsabilidade de entreter e divertir e, principalmente formar na criança uma consciência de mundo.

Assim a leitura é uma forma de recreação muito importante para a criança, principalmente para o seu desenvolvimento intelectual, psicológico e afetivo. Esta desempenha papel fundamental na vida da criança, pela riqueza de motivações, sugestões e de recursos que oferece ao seu desenvolvimento.

Foi partindo desse pressuposto que elaboramos essa proposta do Curso de Orientações para o Trabalho com a Literatura Infantil para os professores da educação infantil, pois de acordo com a pesquisa realizada os educadores ainda sentem dificuldades em trabalhar com a literatura infantil no dia-a-dia da sala de aula.

Diante dessa explanação, fica a proposta do curso para ser efetivado nos meses posteriores, aguardando assim, a participação dos professores, como também o compromisso na execução desse projeto, visando o sucesso e uma aprendizagem significativa dos envolvidos..

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de (Coord.). *Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores*. Belo Horizonte: Formato, 2001.

ALVES, João Roberto Moreira. *A educação à Distância no Brasil. Síntese Histórica. E Perspectivas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

ANDRADE, Adja Ferreira de. *Constuindo um ambiente de aprendizagem a distância inspirado na concepção sociointeracionista de Vygotsky*. In: SILVA, Marco (org). *Educação online*. São Paulo: Loyola, 2003

A Republica. Rio Grande do Norte – Natal, sexta-feira, 18 de janeiro de 1918. (Num. 15) Ano XXX.

ARETIO, L. *La educación a distancia: de la teoría a la práctica*. Barcelona, Espanha, Editorial Ariel, 2001.

BELLONI, M.L. *Educação a Distância*. Campinas/SP. Autores Associados, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. – **Decreto nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998 (regulamenta o Artigo 80 da LDB – Lei nº 9.394/96)

BRASIL. – **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005 (que revogou o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998)

BRASIL. Lei n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 1, 12 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. Vol.1, 1998.

DIDONET, V. Balanço crítico da educação pré-escolar nos anos 80 e perspectivas para a década de 90. Em Aberto, Brasília, ano 10, n.50/51, abr./set. 1992

GÓES, Lucia Pimentel. **A aventura da Literatura para crianças**. São Paulo: Melhoramentos, 1990

HUBERMAN, S. *Cómo se forman los capacitadores – arte y saberes de su profesión*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

KATZ, E., Gurevitch, M., & Haas, H. (1973). Sobre o uso dos meios de comunicação de massa para coisas importantes. *American Sociological Review*, 38, 164-181.

KUHLMANN JR, Moysés. A Educação Infantil no século XX. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara.(org.) In: *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. Vol.III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre, Mediação, 1998.

LÉVY, PIERRE. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Disponível em: <[HTTP://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisdeEAD](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisdeEAD)>. Acesso em 20/08/11.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. : Uma visão integrada. Tradução por Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NASCIMENTO, José Mateus do. O jardim de infância modelo de Natal e o cultivo de uma pedagogia para a educação infantil. VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto: 2008.

NUNES, Ivonio Barros. A História da EAD no mundo. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

RAABE, A.; GIRAFFA, L.M (2000), Ambiente para Construção de Materiais instrucionais Apoiados por Vídeo. Disponível em <http://www.sbc.org.br>, acesso em 15 jul 2011

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo : Cortez :Autores Associados, 1987.

TARDIF, Maurice. **Saberes docente e a formação profissional**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. As dimensões do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 2000.

ANEXO



Curso de Especialização em Educação à Distância

Aluna: Fábiana Pereira de Medeiros Lira

Orientadora: Profª Drª Gláucia da Silva Brito

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

ORIENTAÇÕES:

Esta pesquisa tem como objetivo questionar os professores que atuam na Educação Infantil no município de Currais Novos/RN, identificando quais as possibilidades de um curso de formação continuada na modalidade EaD.

Método: Questionário preenchido pelo pesquisador.

DADOS EPISTEMOLÓGICOS

GRAU DE ESCOLARIDADE

- () Ensino Médio () Graduação () Em graduação
() Especialização () Cursando Especialização () Mestrado

Graduada em: _____

Pós-graduada em: _____

TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- () 1 a 4 anos () 4 a 9 anos () 9 a 12 anos () mais de 15 anos

FAIXA ETÁRIA

- () 20 a 25 anos () 25 a 30 anos () 30 a 35 anos () 35 a 40 anos

ENTREVISTA

1- Você já participou de algum curso na modalidade à distância?

- () Sim () Não

2- Caso sua resposta for positiva, qual plataforma foi utilizada para realização do curso?

3- Quais as dificuldades encontradas por você para realizar esse curso na modalidade EaD?

4- Caso lhe seja oferecido um curso de formação na área de educação infantil na modalidade EaD, qual o seu grau de interesse?

() alto () médio () nenhum

5- Que temas você gostaria que fossem abordados no curso que participasse na modalidade EaD?

6- Qual a sua disponibilidade de tempo semanal para a formação?

- () 02 a 04 horas por semana
() 04 a 08 horas por semana
() 10 a 12 horas por semana
() 12 a 15 horas por semana

7- Você tem domínio nos programas de computação?

() Windows () Linux () Editor de texto () Excel
() Corel () Navegação internet (Email, chat, fórum, redes sociais)

8- De onde você acessa a internet?

- () casa
() local de trabalho
() Lan house
() Outros: _____

9- Que sugestões você daria para o sucesso dos cursos EaD?
